CADERNO ESPECIAL

Fé e Cidadania

Edição 02
18 de fevereiro de 2023

Use o QRCode para acessar o Caderno Cultural na Internet, com mais artigos e links citados.

O SÃO PAULO

NÚCLEO FÉ E CULTURA
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Dai-lhes vós mesmos de comer

A referência central de qualquer das Campanhas da Fraternidade que a Igreja promove já há tantos anos não varia, conquanto as temáticas sejam distintas. Tal referência se confunde com a precisa caracterização com que, em uma palavra, o Discípulo define o Pai, ao dizer: Deus é amor (cf. 1 Jo 4, 7–8). Ora, a vida em fraternidade consiste, nada mais, nada menos, na concretização atual da projetada civilização do amor e, este, por seu turno, pulsa como supremo critério de justiça a ser observado no momento em que cada qual é examinado em seu agir concreto.

*Wagner Balera**

Arte sobre foto de Luciney Martins/**O SÃO PAULO**

Ao entardecer, afirma São João da Cruz, seremos julgados pelo amor.

Eis, pois, a primeira interrogante lançada pelo Justo Juiz, como que esperando, contra toda a esperança (pois conhece de antemão a resposta) a atitude fraterna. A instigação que configura o mote da Campanha de 2023: "Dai-lhes vós mesmos de comer", não é simples apelo. Configura exigência cristã a demandar o agir, aqui e agora.

Pela cabal identificação de Jesus com o pobre, a resposta negativa ou a que com ela coincide, entretanto, revestida de colorido mais grave, que é a indiferença, exige duas reações. A primeira, da Igreja e evoca o sentido educativo da Campanha. Já a segunda, por seu turno, provoca diretamente o Brasil e seu povo, notadamente quem pode e deve dar de comer.

* Coordenador do Núcleo de Estudos de Doutrina Social da Faculdade de Direito da PUC-SP

A questão da fome na Doutrina Social da Igreja

*Marli Pirozelli N. Silva**

O flagelo da fome, que condena milhares de pessoas a viver em condições subumanas, num mundo repleto de alimentos, bens e sofisticadas tecnologias, continua presente ainda hoje. Os problemas sociais tornaram-se mais complexos, mas a fome não espera e requer uma resposta urgente. Reconhecer Cristo nos pobres e sofredores e servi-Lo faz parte da missão da Igreja, desde o início (Lumen Getium, LG 8).

Nas primeiras comunidades cristãs, não havia lugar para a indiferença: todos partilhavam os bens (cf. At 4, 34-35) e com a instituição da diaconia organizou-se a assistência continua às viúvas, órfãos, doentes, presos e forasteiros (cf. At 6, 1-5). " O amor da Igreja pelos pobres inspira-se no Evangelho das bem-aventuranças, na pobreza de Jesus e na Sua atenção aos pobres, não só da pobreza material" (Compêndio da Doutrina Social da Igreja, CDSI 184).

Aos Padres da Igreja, a visão dos pobres, que perambulavam em situação de indigência ao lado daqueles que viviam com opulência, sempre gerou indignação. A desigualdade era tida como fruto do pecado individual e os ricos eram exortados a compartilharem seus bens, como administradores dos dons recebidos, ideia que viria a constituir um elemento essencial da Doutrina Social – a destinação universal dos bens (CDSI 182ss).

Ao longo da história, inúmeros cristãos dedicaram-se a contruir obras para aliviar o sofrimento dos que viviam na pobreza, defendê-los e promovê-los. Em 1891, particularmente provocada pela situação dos trabalhadores que viviam em situação de "miséria imerecida" devido aos efeitos da revolução industrial, a Igreja daria início a uma reflexão sistemática sobre a realidade social, com a *Rerum Novarum*, de Leão XIII. A preocupação com a pobreza esteve presente nos magistérios de Pio XI, Pio XII e João XXIII, bem como nos documentos do Concílio Vaticano II, em especial a *Gaudium et Spes* (1965), e a *Populorum Progressio* (1967), de São Paulo VI.

São João Paulo II, em suas várias encíclicas sociais, aprofundou a compreensão dos sistemas econômicos e políticos, de tal forma que a Doutrina Social, sem ignorar a responsabilidade moral de cada pessoa, foi incorporando também a análise das consequências das "estruturas de pecado", aquelas situações e contextos sociais injustos e que aviltam a dignidade da pessoa humana (*Sollicitudo Rei Socialis*, SRS 36-40; CDSI 119). Na *Evangelium vitae* (EV), obra maior da defesa da vida, ele escreveu: "Como não pensar na violência causada à vida de milhões de seres humanos, especialmente crianças, constrangidos à miséria, à subnutrição e à fome, por causa da iníqua distribuição das riquezas entre os povos e entre as classes sociais?" (EV 10).

Com as mudanças econômicas, as revoluções políticas e o desenvolvimento tecnológico, a pobreza adquiriu novas formas. Em resposta aos novos desafios, a Igreja continuou a denunciar a pobreza extrema, questionando os mecanismos econômicos geradores de exclusão e propondo a reformulação dos sistemas vigentes por meio de ações concretas de solidariedade, como fez Bento XVI na *Caritas in Veritate* (2009), reafirmando a opção preferencial pelos pobres "implícita na fé cristológica".

Esta opção é uma forma de caridade fundada na Tradição da Igreja, como "imitação da vida de Cristo; mas aplica-se igualmente às nossas responsabilidades sociais, como acerca da propriedade e do uso dos bens" (SRS 42), cuja finalidade última é o bem comum, pois Deus destinou a terra para uso de todos, sem excluir ninguém (cf. CDSI 171).

O Papa Francisco lembra-nos que "o princípio do uso comum dos bens criados para todos é o 'primeiro princípio de toda a ordem ético-social', é um direito natural, primordial e prioritário" (*Fratelli Tutti*, FT 120). Traz à luz a situação de milhares de humanos invisíveis aos olhos de uma sociedade indiferente, vítimas de sistemas econômicos que promovem a exclusão e o descarte de bens e pessoas, acentuando a desigualdade.

Assim, não deve causar estranheza a indignação daqueles que, com realismo, denunciam a existência de pessoas sem acesso à alimentação. São Gregório Nazianzeno já conclamava os cristãos a irem além das palavras. Seu apelo era radical e direto: "Visitar a Cristo, servir Cristo, alimentar, vestir, recolher Cristo nas pessoas dos indigentes" (Sermão XIV, *O amor aos pobres*, 40).

* Professora universitária de Doutrina Social da Igreja, com especialização em Doutrina Social (Puc Goiás), graduação em História e mestrado em Filosofia da Educação, ambos pela USP.

A fome, um desafio que pode ser vencido

Num mundo cada vez mais rico e opulento, a permanência da fome é um escândalo ético e um desafio social e político. A Organização das Nações Unidas considera a erradicação da fome em todo o planeta como o segundo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável do Milênio. Em 2015, os países que fazem parte da ONU se comprometeram a acabar com a fome até 2030. Apesar das dificuldades e das incertezas, um olhar sobre as experiências bem-sucedidas recentes aponta para caminhos factíveis e que devem ser trilhados por todas as nações, independentemente de convicções ideológicas e opções partidárias

Luciney Martins/**O SÃO PAULO**

Núcleo Fé e Cultura

A maior parte dos especialistas no assunto concorda que, atualmente, a produção global de alimentos seria suficiente para alimentar toda a população mundial. Somos cerca de 8 bilhões de pessoas, cada uma necessitando de cerca de 1,4 kg de comida por dia, ou seja, seriam necessários 3,8 bilhões de toneladas de alimentos por ano para alimentar toda essa gente – enquanto a produção mundial de alimentos está avaliada em 4 bilhões de toneladas por ano, estimando-se que as tecnologias existentes, se bem aplicadas em todas as terras agrícolas já disponíveis, permitiriam que a produção mais que dobrasse (e sem desmatar nenhum território a mais). Contudo, a perda de alimentos por desperdício é estimada entre 33% e 44%: a maior parte no consumo, nos países ricos; ou na produção, devido a limitações de conservação e armazenamento, nos países pobres.

De qualquer modo, em termos mundiais, o problema da fome não é de pouca produção de alimento, mas sim, de muita concentração de riqueza. Por isso, acreditava-se que a erradicação da fome no mundo, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio, pactuado por todos os países-membros da ONU, seria um alvo bastante factível, mas que vai se revelando cada vez mais difícil. As Nações Unidas estimaram que um décimo da população global, cerca de 828 milhões de pessoas, estava subalimentada em 2021. Particularmente na África e no Sul e Sudeste da Ásia, a quantidade de pessoas em condições de insegurança alimentar permanece tragicamente grande. Guerras, catástrofes climáticas e desigualdade de renda são as principais causas do problema. As guerras destroem tanto a estrutura produtiva quanto os canais de distribuição dos produtos, particularmente nos países pobres, dificultando o acesso da população aos alimentos. A guerra da Ucrânia, por exemplo, comprometeu o fornecimento de insumos agrícolas para a maioria dos países, levando a um aumento dos preços dos alimentos e afetando os mais pobres. Catástrofes climáticas, como as grandes secas que têm sido cada vez mais frequentes em várias regiões do globo, também prejudicam as safras e, mais uma vez, afetam os mais pobres.

Ações bem-sucedidas. Nem tudo é má notícia neste campo. Muitos países conseguiram bons resultados em seus esforços para erradicar a fome. Essas ações irão depender, obviamente, da realidade de cada país e dos desafios que enfrenta. Países em guerra, por exemplo, precisam de paz – e aqui temos um dos maiores problemas do cenário internacional, pois o caminho para a paz é sempre difícil e exige grande habilidade de negociação.

Em regiões em que a produção de alimentos é deficitária, estudos mostram a importância dos programas de desenvolvimento que priorizem a agricultura familiar sustentável, associados a sólidas políticas de promoção humana. Com diferentes enfoques, em função das peculiaridades históricas e ambientais de cada país, ações dessa natureza foram responsáveis por sensíveis reduções da fome em países como China, Camarões, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Irã, Kiribati, Malásia, Mauritânia, Maurício, México, Filipinas e Uruguai.

Não se pode, contudo, minimizar a importância do combate à pobreza, dos programas de renda mínima e de criação de empregos. Numa realidade como a brasileira, na qual a produção agrícola é abundante, por exemplo, as desigualdades sociais – particularmente no quesito renda – e a desocupação são os "grandes vilões" responsáveis pela fome e pela desnutrição.

Saindo do Mapa da Fome. O Brasil foi considerado, em 2010, o país emergente com maior sucesso no combate à fome. Os números são expressivos: em 2002, 19 milhões de brasileiros (10,5% da população) eram considerados subnutridos, em 2013 eram 3,4 milhões (cerca de 1,7% da população) – uma redução de 82,1%! nesse período, a pobreza extrema, causa direta da situação de fome e desnutrição, foi reduzida em 75%! Com isso, o Brasil comemorou sua saída do "Mapa da Fome", um relatório produzido pelas Nações Unidas que acompanha a situação alimentar da população nos países com maior insegurança alimentar.

Muitos fatores podem ser elencados para explicar esse sucesso, contudo dois pontos essenciais não podem ser desprezados...

Em primeiro lugar, a erradicação da fome no Brasil consolidou-se como um objetivo fundamental do governo, orientando as políticas públicas e definindo prioridades. Preferências partidárias e avaliações políticas podem nos colocar a favor

ou contra determinado governo, mas temos que ter claro que, para vencer a fome e a pobreza, é necessária uma determinação firme na gestão do Estado. A vontade política, por si só, não é suficiente, sem dúvida é preciso uma gestão eficiente, um olhar realista sobre os limites e o funcionamento das estruturas econômicas. Mas, sem essa vontade decisiva, a eficiência da máquina pública e a boa gestão da economia são canalizados para o aumento dos ganhos de uns poucos ou, na melhor das hipóteses, para o lento crescimento de um bolo que nunca será dividido, conforme uma analogia que foi muito conhecida no passado (teríamos que fazer "o bolo crescer" para depois dividi-lo).

Em segundo lugar, temos que reconhecer o papel indispensável dos programas de renda mínima, como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil. Tais programas não são apenas estratégias eleitoreiras, adotadas pelos mandatários para ganhar votos da população pobre. São ferramentas indispensáveis para a redução da pobreza e para o combate à fome. Não é à toa que foram adotados por gestões com posições programáticas radicalmente opostas. Num país relativamente rico, mas que ostenta uma das maiores desigualdades socioeconômicas do planeta, como o Brasil, esses programas não são facultativos – e ainda teremos que conviver com eles por muito tempo até termos uma situação social mais justa.

A volta da fome. Em 2020, lamentavelmente, o Brasil voltou a figurar no Mapa da Fome da ONU. A pandemia do coronavírus teve muito a ver com isso, mas o problema já havia começado a retornar. Segundo os relatórios das Nações Unidas, já entre 2018 e 2020, a situação de insegurança alimentar grave havia pulado de 1,7% para 3,5% da população, passando para 7,3% (15,4 milhões de brasileiros) 2019-2020. Um levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Pensann), feito em parceria com seis entidades e ONGs, publicado em 2022, estimou que 33,1 milhões de brasileiros enfrentavam uma situação de insegurança alimentar grave (15,5% da população).

Este retorno da fome está em grande parte associado à crise econômica brasileira na década passada e ao aumento do desemprego – agravadíssimos pela pandemia. Além disso, reflete as desigualdades já bem conhecidas da sociedade brasileira: evidentemente é muito maior entre os mais pobres, afeta mais as populações pretas e pardas do que as brancas, é mais grave nas regiões Norte e Nordeste. Um dado significativo é que a insegurança alimentar é maior na zona rural (onde há 35,5% dos domicílios com insegurança alimentar grave ou moderada) do que nas cidades (31,8% dos domicílios com insegurança alimentar grave ou moderada). Trata-se de populações que vivem junto à terra, mas não conseguem obter dela o alimento necessário – seja por razões sociais, como a posse da terra ou de recursos mínimos para cultivá-la, seja por razões ambientais, como períodos de seca, solos pouco produtivos etc.

A responsabilidade do Estado. A pandemia mostrou, para todos os países, que o Estado é fundamental no enfrentamento de crises e situações extremas. Ainda que vários arranjos institucionais sejam possíveis, ficou claro que, na resposta a esses contextos, a possibilidade de uma total ausência do Estado é uma ilusão. Nesse sentido, é importante lembrar que o Estado subsidiário, proposto pela Doutrina Social da Igreja, é um Estado que apoia as iniciativas que vêm da sociedade para a resolução dos problemas, mas não um Estado que se omite diante dos problemas da sociedade.

Observando o que já deu certo e o que já deu errado tanto no Brasil quanto em outros países, a responsabilidade estatal no combate à fome implica em pelo menos quatro pontos:

1) A consolidação de programas eficientes de renda mínima, que garantam que mesmo as populações mais pobres tenham condições de adquirir o necessário para se alimentar.
2) No campo, programas de desenvolvimento para a agricultura familiar, focados naquelas áreas em que as famílias não conseguem obter alimento suficientes.
3) Na gestão pública, manter e até aumentar, quando necessário, os mecanismos de proteção social e apoio aos mais pobres, atuando com responsabilidade fiscal, pois está visto que os desequilíbrios das contas públicas (reais ou fabricados) acabam prejudicando justamente os mais pobres.
4) Na economia, estimular um desenvolvimento humano integral, realmente a serviço da qualidade de vida da população e não apenas do lucro privado.

Além dessas grandes linhas de ação, existem muitas medidas pontuais, que no conjunto podem trazer ganhos significativos para a qualidade de vida da população. Por exemplo: manter programas de combate à desnutrição infantil nos primeiros anos de vida; garantir programas de alimentação escolar de qualidade; manter os estoques reguladores de alimentos, que garantem o abastecimento e os preços nas entressafras; facilitar a comercialização da produção agrícola, reduzindo a intermediação e permitindo a redução de preços; apoiar programas educativos e ações da coletividade para enfrentar a desnutrição.

A contribuição de cada um. Sem minimizar a importância das políticas públicas, existe também uma responsabilidade de cada um de nós diante do problema da fome. A Igreja tem uma larga tradição de ações sociais nessa perspectiva. Quando bem orientadas, representam não apenas um auxílio emergencial para os que estão em situação mais vulnerável, mas também um importante instrumento de promoção humana.

Neste período de Quaresma, a Campanha da Fraternidade nos convida a uma conversão pessoal, nos comprometendo sempre mais tanto em ações individuais quanto em projetos sociais que minimizem a fome de nossos irmãos, e a um empenho coletivo, que crie espaços de acolhida e apoio em nossas comunidades.

Quantos brasileiros passam fome?

Redação

Com a pandemia e a crise econômica, há indicações seguras de que grande parte da população brasileira não tem segurança alimentar e que algo por volta de 33 milhões de pessoas estão "passando fome" no Brasil(isto é, sofrendo de uma insegurança alimentar grave).

A polarização partidária e o uso ideológico de informações, muitas vezes distorcidas, têm levado muita gente a duvidar dos dados sobre o retorno da fome ao cenário brasileiro. O termo "fome" é impreciso e a comunidade científica prefere falar em níveis de insegurança alimentar, esses claramente definidos. No Brasil, adotou-se uma Escala de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (Ebia), que se baseia no acesso das famílias aos alimentos, com quatro categorias:

- ✓ **Segurança alimentar:** acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.
- ✓ **Insegurança alimentar leve:** receio de falta de alimentos, recorre-se a alimentos com menor qualidade nutricional para se manter a quantidade necessária.
- ✓ **Insegurança alimentar moderada:** existe falta de alimentos, mesmo que de baixo valor nutricional, em quantidade necessária para os adultos.
- ✓ **Insegurança alimentar grave:** o problema se agrava e inclusive as crianças passam a sofrer a privação de alimentos.

Ainda que a condição de "estar passando fome" seja aplicado apenas à insegurança alimentar grave, a fome já se manifesta numa situação de insegurança alimentar moderada. Deve-se entender também que as pessoas normalmente não "morrem de fome" literalmente. A subnutrição acarreta problemas graves de desenvolvimento, que frequentemente nunca serão superados, nas crianças e uma debilidade geral no organismo que pode levar à morte por várias doenças. Por isso, é difícil encontrar pessoas que literalmente "morreram de fome".

O estudo sobre o quadro de insegurança alimentar no Brasil mais frequentemente citado atualmente é o levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Pensann), feito em parceria por seis entidades e ONGs, publicado em 2022. Os resultados nacionais estão na tabela abaixo:

Distribuição porcentual dos domicílios brasileiros em função da segurança alimentar. Fonte: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil.

Níveis	Geral	Urbano	Rural
Em segurança	41,3 %	42,2 %	36,2 %
Insegurança leve	28,0 %	27,9 %	28,3 %
Insegurança moderada	15,2 %	14,9%	16,9 %
Insegurança grave	15,5 %	15,0 %	18,6 %

A pergunta que surge naturalmente, ainda mais se considerarmos os desacertos dos institutos de pesquisa nas últimas eleições, é se esses resultados são confiáveis. Como em todo estudo amostral, existe uma possibilidade de erro estimado: intervalo de confiança de 95% e margem de erro máxima para o total da amostra de 0,9 ponto percentual para mais ou para menos. Isso significa que os pesquisadores acreditam que os resultados reais na população brasileira total não devem variar em mais de 1,0% em relação aos valores aqui apresentados.

Mas, voltemos à pergunta: esses resultados não podem estar totalmente errados? Retomando o exemplo das pesquisas eleitorais, veremos que damos muita importância aos casos em que as estimativas foram muito diferentes dos resultados reais, mas essas são situações relativamente raras – se consideramos a quantidade de projeções feitas nas eleições para presidente, governadores, prefeitos e senadores. Em outras palavras, esse quadro aqui apresentado tem altíssima probabilidade de ser verdadeiro... Uma probabilidade mais do que suficiente para orientar a todos aqueles que estão realmente interessados no bem comum e não apenas em fortalecer suas convicções partidárias.

Opinião

Economia de Francisco e Clara na Quaresma

Alan Faria
Andrade Silva

Na Quaresma, a Igreja no Brasil, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, por meio da Campanha da Fraternidade, nos chama a "despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo, em particular, os cristãos na busca do bem comum; educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho; renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na evangelização, na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária". Neste ano, a CF volta a refletir sobre a fome que assola nosso país, reduzida no passado, mas que hoje volta a ser realidade em nosso cotidiano.

Somos interpelados a encontrar em nossas vidas e realidades, momentos para orar, jejuar e praticar atos de caridade em relação "ao combate à fome". Como bem nos lembra Bento XVI, "a partilha dos bens e recursos, da qual deriva o autêntico desenvolvimento, não é assegurada pelo simples progresso técnico e por meras relações de conveniência, mas pelo potencial do amor que vence o mal com o bem (cf. Rm 12, 21) e abre à reciprocidade das consciências e das liberdades." (Caritas in Veritate, CV 9).

É nesse sentido que encontramos a atual proposta do Papa Francisco, da *Economy of Francesco* ou, como chamamos no Brasil, da Economia de Francisco e Clara (ABEFC), de alterar a economia, construindo aquela do amanhã, inclusiva, humana, que gera vida e conserva o meio ambiente. Nessa perspectiva, vemos que o desafio da fome passa por questões econômicas-sociais-ambientais, principalmente pela superação da desigualdade social que atinge todos os cantões do planeta.

Como Francisco nos lembra, trata-se de alterar a economia "olhando para o mundo por meio dos olhos dos mais pobres", "fazendo com os pobres", pois estes sabem a dor e a realidade da pobreza e de passar fome. Além disso, é possível repensarmos como nos relacionamos com a comida, como podemos evitar o desperdício e optar por alimentos que favorecem mais a vida, e como podemos compartilhar nossos alimentos ou fazer doação para instituições que combatem a fome (como o Sefras – Serviço Franciscano de Solidariedade).

O combate à fome implica decisões nas quais a caridade se realiza como ato concreto do aprofundamento do encontro com Deus. Precisamos nos abrir à graça e pedir para reencontrar Cristo na oração, no jejum e no ato de caridade para combatermos a fome.

* Advogado, doutorando pela PUC/SP e integrante da Economy of Francesco.

Agricultura familiar no Brasil

Rodrigo Gastalho Moreira*

A produção agrícola familiar é a forma predominante de produção alimentar e agrícola nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, produzindo mais de 80% dos alimentos do mundo. A agricultura e a família, a produção de alimentos e a vida dessas famílias estão interligados.
A agricultura familiar implica um modo de viver, transmitir o conhecimento, preservar uma trama de relações e o meio ambiente. A sustentabilidade da agricultura familiar depende não somente de fatores econômicos e da gestão ambiental, mas também da transferência intergeracional de conhecimentos locais e práticas tradicionais, recursos, vínculos e identidade social e religiosa.

Muitos pequenos agricultores familiares são pobres e têm acesso limitado a mercados e serviços. Eles cultivam em suas próprias terras e, além da agricultura, assumem várias atividades econômicas (geralmente informais) para contribuir com suas receitas.

Para assegurar a sustentabilidade da agricultura de base familiar, temos o imenso desafio de buscar soluções para diminuir a saída dos mais jovens do campo. É preciso fortalecer suas relações intrafamiliares, enfrentar os desafios vinculados à problemática de sucessão familiar e herança de propriedade; da transmissão de conhecimento aos familiares e à comunidade. Esses fatores, aliados aos problemas estruturais não resolvidos no campo, promovem desestruturação familiar, conflitos e falência das formas tradicionais da agricultura familiar.

Faz-se necessário pensar políticas públicas que, alinhadas com o Plano de Ação Global da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), possam ajudar os agricultores familiares a aumentar sua produtividade. Mas, isso ainda não é suficiente. É preciso apoiar, fortalecer e promover sua estrutura familiar, potencializando seus vínculos intergeracionais e suas capacidades. Deve-se preservar seus valores e tradição, apoiando ações que assegurem os direitos das mulheres na produção alimentar e agrícola, fortalecendo as organizações femininas no campo, promovendo sua autonomia, a fim de permitir sua plena participação no desenvolvimento da agricultura familiar.

Agindo assim, se considera e se valoriza todas as suas dimensões, não somente econômicas ou de mercado, pois a agricultura familiar é, antes de tudo, uma unidade de vida, de vida familiar.

* Advogado, com pós-graduação em Gestão Empresarial pela Universidade Candido Mendes e pós-graduação em Teologia Aplicada pela Universidade de Oxford, Reino Unido.

Migração e fome

Padre Alfredo José Gonçalves, CS*

No contexto dos debates sobre a Campanha da Fraternidade, migração e fome com frequência são companheiras de viagem. Não que o flagelo da fome seja provocado diretamente pela migração, mas porque esta última representa, não raro, a fuga de uma série de carências, entre as quais destaca-se a impossibilidade de garantir "o pão nosso de cada dia" com o próprio trabalho. A mobilidade geográfica tem como anseio e horizonte a mobilidade social. a pessoa busca, por meio da mudança de lugar, região ou país, um nível de vida melhor, para si mesmo e para os familiares.

Nas chamadas "migrações históricas", essa melhora de vida se revelou real para não poucos migrantes. Durante o século XIX e início do XX, milhares de europeus recomeçaram a vida nos Estados Unidos, Argentina, Brasil etc. Boa parte deles logrou uma efetiva ascensão socioeconômica e até política. O mesmo ocorreu com outros milhares e milhões de migrantes brasileiros que, entre as décadas de 1930-70, trocaram o Nordeste ou Minas Gerais pelo centro-sul, de modo particular São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Tanto no caso das migrações intercontinentais quanto dos deslocamentos internos, em geral a mobilidade humana foi seguida, a médio e longo prazo, por uma concreta mobilidade social ascendente. Em certo grau, o binômio migração e trabalho praticamente se complementavam. O desenraizamento provisório na Europa ou no Nordeste era seguido de um enraizamento minimamente seguro.

Muito diferente é o que vem acontecendo com as migrações atuais, seja em termos de novo enraizamento no local de destino, seja quanto a encontrar um emprego mais ou menos estável, se tornaram muito mais incertas e inseguras. Ocorre um acentuado divórcio entre o fenômeno migratório e a possibilidade de trabalho, entre migração e futuro mais promissor. A migração com origem e destino relativamente predeterminados, no passado, cedeu lugar a um vaivém sem rumo e sem a certeza de fixar os pés em um novo solo pátrio e acolhedor. É comum se percorrer vários países, tropeçando nas fronteiras que os dividem, nas leis cada vez mais rígidas, no preconceito e na intolerância – situação escancarada e agravada pela pandemia de COVID-19.

As nações, e claro, o Brasil, necessitam de uma legislação mais flexível, sem o estigma da segurança nacional, acompanhada de políticas públicas destinadas a acolher os migrantes que batem à porta. Ao longo dos tempos, a diversidade de rostos, valores e culturas enriquecem a civilização.

* Superior Provincial da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos.